

Caiado defende plebiscito sobre propriedade produtiva

Da Sucursal de Brasília

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, defendeu ontem a realização de um plebiscito nacional sobre a possibilidade ou não de desapropriação de propriedades rurais produtivas, que não cumpram uma função social. Este ponto emperra o acordo entre o Centrão, a liderança do PMDB e os partidos de esquerda para a aprovação do capítulo da reforma agrária.

"Vamos ver quem tem mais bandeira. Vamos ver quem tem mais povo", disse Caiado. Por esta fórmula, a votação do capítulo da reforma agrária seria suspensa até a realização do plebiscito, a ser organizado pela Justiça. Enquanto isto, os constituintes continuariam votando os outros capítulos, deixando a reforma agrária para o final.

Caiado afirmou que a decisão de desapropriar terras produtivas não pode "ficar nos ombros" dos constituintes. "A sociedade não apóia uma reforma que venha a fazer injustiça ao produtor", declarou. Segundo ele, o plebiscito serviria para "tirar a máscara de quem sempre disse que iria fazer reforma agrária em latifúndios improdutivos".

UDR faz coleta de assinaturas

Da Sucursal de Brasília

O aeroporto de Brasília foi o principal posto de coleta de assinaturas para a emenda do Centrão, que proíbe a desapropriação das propriedades rurais produtivas. Às 18h45, depois de um dia inteiro na sala de embarque dos parlamentares, Fábio Sabóia, assessor da União Democrática Ruralista (UDR), contabilizou quase duzentas assinaturas.

Todas as assinaturas foram feitas num papel em branco, porque o texto da emenda estava em elaboração. Mas nenhum dos signatários reclamou, depositando confiança no trabalho dos coordenadores do Centrão e de Ronaldo Caiado, presidente

O "buraco negro" provocado pelo impasse na votação do capítulo da reforma agrária, agradou a UDR. "A classe rural teve uma vitória", disse Caiado. Ele não aceitou o argumento de que o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), contribuiu para o "buraco negro", ao recomendar a seus liderados que o texto da Comissão de Sistematização fosse rejeitado. "Ele não quis vestir a carapuça do derrotado", disse.

Mesmo depois de duas tentativas fracassadas de aprovar o projeto do Centrão, Caiado, mantém o tom de intransigência e não aceita negociar uma fórmula que permita a desapropriação de terras produtivas. "Ceder significaria assinar nossa carta de morte. Eles (a esquerda) não podem exigir isso", afirmou.

Ontem pela manhã, Caiado reuniu-se com coordenadores do Centrão e traçou a estratégia para apresentação de uma nova emenda coletiva com pelo menos 280 assinaturas, que defenda os interesses da "classe produtiva". "Não tem de mexer em nada. A emenda do Centrão é correta", disse Caiado.

Neste fim-de-semana, Caiado coordena, em Brasília, o trabalho de coleta de assinaturas. Os presidentes regionais da UDR procurarão os constituintes que viajaram para seus Estados. A intenção é ultrapassar as 280 assinaturas para que a emenda do Centrão tenha prioridade de votação.

da UDR. O mesmo procedimento foi adotado pela liderança do PMDB (grupo do senador Mário Covas).

Na guerra das assinaturas, Sabóia quase provocou um atraso na decolagem de um voo para Curitiba. Ao lado do deputado Basílio Vilani (PMDB-PR), ele correu atrás dos parlamentares na fila de embarque, chegando a invadir a pista do aeroporto.

O "sufoco" da última hora ainda não foi afastado. As outras assinaturas para completar ou ultrapassar a cota de 280 nomes dependem da finalização do texto. São os que não assinam "nada" em branco. "A gente deve ter mais que 280 assinaturas, mas vai dar muito trabalho", disse Sabóia.



Fábio Sabóia (dir.) pede apoio de Bornhausen para proposta de reforma agrária; o senador negou



Saboia (à esq.) consegue a assinatura de Renato Viana



Ivo Vanderlinde (à esq.) também assina a lista de Sabóia

Fotos Lula Marques